

AValiação e Formação: O Curso de Pedagogia da FE/UFG

Lueli Nogueira Duarte e Silva
João Ferreira de Oliveira
Andréia Ferreira da Silva
Dulce Barros de Almeida
Anna Rita Ferreira de Araújo
Mônica Maria Lopes da Fonseca
Ged Guimarães
da Universidade Federal de Goiás.

A Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG) aprova, em 2003, o novo projeto curricular do curso de Pedagogia. O projeto reafirma a docência como base da identidade do pedagogo e tem como objetivo formar o docente para atuar no magistério da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental bem como na gestão do trabalho pedagógico, incluindo o planejamento, a execução e a avaliação de sistemas, unidades e projetos educacionais na escola e em outros espaços educativos. Este texto tem como objeto de estudo o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás após cinco anos desta reformulação curricular, buscando analisar a percepção que os alunos possuem acerca da formação recebida. Para tanto, foi realizada uma investigação de natureza qualitativa, na modalidade *estudo de caso*.

Na primeira parte do texto, examinam-se os elementos históricos e os eixos epistemológicos do curso tal como explicitados na reforma curricular ocorrida em 1984, realizada em consonância com o movimento em prol da formação de educadores no país. Apresenta-se, em seguida, a base teórica, o perfil do pedagogo e a estrutura curricular decorrente da reformulação curricular ocorrida em 2003, antes da promulgação das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia. Na segunda e última parte, inicia-se, com a explicitação das definições metodológicas, do processo de investigação e das categorias de análise definidas nesse processo e no de exposição, para, na seqüência, analisar os dados que evidenciam a percepção que os alunos do curso apresentam acerca do projeto e da prática formativa na instituição.

Acredita-se que uma avaliação de curso de graduação não se resume a avaliações externas, por meio de exames nacionais ou visitas de especialistas da área como também não se encerra na análise do currículo escrito, ou seja, nos princípios, nas diretrizes e nas orientações contidas nos documentos que formulam as bases teórico-conceituais e os componentes curriculares. Deve necessariamente conter um processo de auto-avaliação, atendo-se, em especial, aos agentes que colocam o currículo em ação, isto é, professores e alunos. Portanto, para averiguar se os objetivos definidos pelo novo currículo do curso de Pedagogia da FE/UFG estão sendo alcançados, se a formação pretendida está sendo desenvolvida e se os princípios norteadores da formação do pedagogo estão sendo assegurados, é preciso examinar o processo de formulação curricular, o projeto em questão e sua materialização por meio dos diferentes agentes envolvidos. Neste texto, em especial, realiza-se uma análise crítico-descritiva da percepção dos alunos acerca do curso e do seu processo formativo, tendo o Projeto

Político Pedagógico do curso como referência na elaboração dos procedimentos metodológicos e na análise dos dados.

O CURSO DE PEDAGOGIA DA FE/UFG: ELEMENTOS HISTÓRICOS E EIXOS EPISTEMOLÓGICOS

No final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, momento de efervescência política e cultural do país, iniciou-se uma série de questionamentos, debates e reflexões, em âmbito nacional, sobre o curso de graduação em Pedagogia. Essas reflexões enfocavam, particularmente, aspectos epistemológicos e sócio-políticos, como natureza, currículo, perfil e funções do pedagogo e desencadearam um movimento político por parte dos educadores na busca da construção de uma identidade do pedagogo¹.

Esse movimento, como consta dos documentos dos encontros realizados por educadores nessa época, enfatizava a docência como base constitutiva da identidade profissional de todo educador. Tese que rapidamente se difundiu, provocando tanto adesões como críticas e rejeições, particularmente, porque o curso de pedagogia passava, a partir de então, a centrar-se fundamentalmente na formação de professores.

O Comitê Pró-Formação do Educador, fundado no início da década de 1980 durante a I Conferência Brasileira de Educação (CBE), no bojo dessas reflexões, instalado inicialmente na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, constituiu um pólo de referência, de resistência e de embates com o governo e com os próprios educadores. Segundo Coêlho, esse comitê tinha como objetivo principal “mobilizar os educadores de 1º, 2º e 3º graus em torno da discussão da reforma do curso de Pedagogia e das outras licenciaturas, conquistando assim um espaço político na discussão e encaminhamento das reformas educacionais” (COÊLHO, 1985, p.51). De acordo com Freitas, a concepção de formação de educador produzida no âmbito desse movimento enfatizava

o caráter sócio-histórico dessa formação, a necessidade de um profissional de caráter amplo, com pleno domínio e compreensão da realidade de seu tempo, com desenvolvimento da consciência crítica que lhe permita inferir e transformar as condições da escola, da educação e da sociedade. (FREITAS, 2002, p.140).

Analisa ainda que essa concepção rompia com a vertente tecnicista predominante no pensamento oficial e buscava superar as dicotomias entre especialista e professores, pedagogia e licenciaturas. Esse movimento ampliou também a compreensão do que significa a expressão *profissional da educação*, centrando a formação do pedagogo na docência e no trabalho pedagógico, elegendo esses princípios como sendo a particularidade e a especificidade do curso de Pedagogia.

Em 1984, o curso de Pedagogia da FE/UFG realizou uma reformulação curricular considerada pioneira no país², especialmente por suspender a oferta das chamadas habilitações técnicas e por ocupar-se de forma exclusiva com a formação de professores das séries iniciais do ensino de 1º grau (Ensino Fundamental), seja diretamente, pela formação do professor para esse nível de ensino, seja indiretamente, pela formação do professor que atuaria no curso de Magistério (LOUREIRO; FALEIRO; ALMEIDA, 1996).

Uma das características fundamentais do currículo implantado em 1984 era a definição de docência como base da formação do pedagogo, ou seja, a docência comportando todas as dimensões do fazer e do pensar do profissional da educação,

incluindo as funções destinadas ao orientador, ao supervisor e ao diretor das escolas. Esse entendimento levou a FE/UFG a propor a suspensão da formação do especialista e centrar seus esforços na formação do professor.

Esse professor não será um novo especialista, um mero especialista no ensino de algumas disciplinas, mas alguém que, possuindo também um conhecimento totalizante e profundo da escola brasileira, possa a qualquer momento vir a ocupar, sempre que necessário e por um tempo limitado, as funções de direção de unidade escolar, de coordenação de área ou mesmo coordenação geral, no caso de uma escola cujo número de alunos e professores assim o exigir. (COELHO, 1985, p.44).

Assim, essa proposta curricular contribuiu para a definição de docência e fortaleceu o movimento em prol da construção de uma base comum nacional para a formação do pedagogo; conseqüentemente, reforçou a necessidade de se repensar a estrutura e a organização curricular dos cursos de pedagogia de todo o país bem como de se pensar a formação de professores que pudesse contribuir no processo de democratização da sociedade.

Evidentemente, essa decisão política da FE/UFG, naquele momento, contrariou interesses e entrou em choque com corporações profissionais organizadas locais, regionais e nacionais e acarretou questionamentos e críticas a essa reformulação curricular e a seus princípios, desde sua implantação, exigindo a necessidade de constantes avaliações e tomada de decisões quanto a novas reformulações. Nessa direção, desde sua reformulação curricular de 1984, a FE/UFG realiza anualmente avaliações internas, colhendo dados a respeito da formação oferecida, das disciplinas ministradas, das metodologias e avaliações realizadas e da atuação docente por parte dos alunos do curso de Pedagogia e das demais licenciaturas que oferecem as disciplinas pedagógicas.

Esse processo de reformulação dos cursos de formação dos profissionais da educação e a elaboração de outra concepção de formação eram partes integrantes de um projeto nacional de educação que contemplava um amplo espectro de reivindicações, como: melhoria na qualidade da educação, valorização e qualificação dos profissionais da educação, democratização da gestão e financiamento da gestão (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007). Em 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal, e no tocante ao capítulo da educação, esse representa, de certo modo, um acordo político com os educadores e as mais diversas entidades daquele momento, pois essa Carta Magna incorporava várias reivindicações e contribuições das sugestões da Carta de Goiânia, elaborada na IV CBE (SAVIANI, 1997).

A década de 1990, sob a égide do neoliberalismo, no bojo da reforma do Estado, traz mudanças significativas para o campo educacional, sobretudo a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso. Merecem destaque, em se tratando das alterações político-pedagógicas e legais desse período, a aprovação da LDB, em 1996, os decretos n. 3.276/1999 e n. 3.554/2000, que tratam da formação de professores para atuar na educação básica, e as resoluções CNE nº 0001, de 30 de set. 1999, e CNE/CP nº 01, de 18 de fev. 2002, que tratam, respectivamente, dos Institutos Superiores de Educação e das diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Essa legislação redefine, de certo modo, o *locus* da formação de professores, pautando-se em um modelo de formação docente instrumental e pragmático, denominado por alguns autores de racional-tecnicista.

No final da década de 1990, com o projeto de resolução do CNE que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Pedagogia, intensifica-se nacionalmente o debate acerca da natureza, do currículo, do perfil do profissional pedagogo e das funções do curso de Pedagogia. Em especial, pelo fato de o documento reafirmar a docência como base da formação do pedagogo e também como base para desempenhar outras funções do campo educacional bem como para atuar em diferentes espaços educativos da sociedade.

Essa concepção do curso entendido como licenciatura, por conceber a função da pedagogia como sendo de formar professores, reacende o debate sobre o perfil de pedagogo que se pretende formar, ao mesmo tempo em que retoma e recoloca questões, em particular sobre a natureza do curso em questão, enfim sobre seus eixos epistemológicos e suas matrizes teórico-metodológicas.

Esse debate têm se apresentado, de modo geral, na polarização de duas distintas concepções de Pedagogia (FREITAS, 2002; AGUIAR et al, 2006; LIBÂNEO, 2006). Uma que se expressa nos documentos oficiais e nos documentos de associações de educadores como Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e Fórum de Diretores de Faculdades de educação (FORUNDIR), que entende a Pedagogia como um curso de formação de professores, defendendo a licenciatura em pedagogia, formando o profissional pedagogo para atuar predominantemente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. É outra concepção que, apesar de compreender a docência como dimensão constitutiva da pedagogia, sustenta que essa área do conhecimento não se resume a um curso de graduação, propondo a formação do bacharel em Pedagogia, compreensão defendida, por exemplo, por Libâneo (2006).

Freitas (2002) avalia que essa concepção que compreende a função do curso de pedagogia exclusivamente como formação do bacharel caracteriza-se como um retorno ao tecnicismo que prevaleceu na educação na década de 1970, pois prega novamente a dicotomia entre professores e especialistas e promove a desvalorização do professor ao afirmar a existência de saberes qualitativamente diferentes entre esses profissionais. Além do que, na medida em que propõe a retirada da formação de professores do âmbito dos cursos de pedagogia, essa concepção também contribui com as políticas que visam redefinir o *locus* da formação de professores para fora das universidades, das faculdades e centros de educação.

O CURSO DE PEDAGOGIA DA FE/UFG: BASES TEÓRICAS, PERFIL DO PEDAGOGO E ESTRUTURA CURRICULAR

A FE/UFG concluiu seu novo projeto de reformulação curricular do curso de Pedagogia em 2003³, após sistemáticas avaliações de seu currículo e de exaustivas e longas discussões, debates e análises, por quase duas décadas, realizadas por professores e alunos da Faculdade de Educação e dos campi avançados de Catalão e Jataí. O projeto se apresenta como resultado dessas discussões internas e também das mudanças no contexto das políticas educacionais brasileiras, a partir da década de 1990. Destaca-se, especialmente, que a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, de 20/12/1996, a aprovação pelo CNE do Parecer/Projeto de Resolução que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de Licenciatura e graduação

plena, CNE/CP nº 28/2001, e a implantação do Novo Regulamento Geral de Cursos de Graduação da Universidade Federal de Goiás, aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI) em setembro de 2002, contribuíram para a constituição dessa proposta de alteração do currículo do curso de Pedagogia (FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFG, 2003, p.5).

Nessa reformulação curricular e em sua implantação, que, apesar de em parte terem sido originadas das políticas educacionais desencadeadas a partir da década de 1990, a definição de seus objetivos, princípios e eixos epistemológicos teóricos e metodológicos norteadores, é, em grande parte, fruto de um amadurecimento resultante de um longo processo de debates, embates, reflexões e avaliações da estrutura, da organização e do funcionamento do curso, ao longo dos últimos trinta anos, em permanente diálogo com as entidades, associações e representações de docentes locais, regionais e nacionais.

Assim, com base nesses fatores internos e externos, a FE elabora seu Projeto Político-Pedagógico e reafirma a docência como base da identidade do pedagogo. Objetiva, com isso, uma formação que seja a “inserção crítica dos licenciados no universo da cultura, do pensamento, da crítica, da autonomia, da liberdade, da justiça, da democracia e da solidariedade”. Ou seja, uma “formação crítica, rigorosa e radical, o aprendizado do trabalho com os conceitos e as articulações da teoria e da prática, indispensáveis à verdadeira autonomia e à criação em todas as dimensões da existência e da educação” (FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFG, 2003, p.14).

Essa proposta curricular, desse modo, tem como objetivos formar o docente para atuar no magistério da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental; na gestão do trabalho pedagógico, incluindo o planejamento, a execução e a avaliação de sistemas, unidades e projetos educacionais na escola e em outros espaços educativos; na compreensão do universo da cultura e da produção do saber, com a inserção crítica dos alunos nesse universo. Merece destacar que esse projeto, ao definir como base de identidade do pedagogo a atuação na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, adota e mantém uma postura político-pedagógica historicamente construída na FE/UFG, qual seja a defesa da formação de professores centrada na docência em nível superior, nas universidades, nas faculdades ou centros de educação.

Assim, o Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia da UFG busca assegurar a efetivação dos seguintes princípios:

- a) o processo educativo como parte integrante da realidade sócio-histórico-cultural;
- b) o trabalho docente como eixo da formação do pedagogo nos contextos escolares e não escolares;
- c) uma formação teórica sólida que permita compreender, de forma crítica e rigorosa, a sociedade, a educação e a cultura;
- d) a unidade entre a teoria e a prática;
- e) a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e a articulação entre a graduação e a pós-graduação;
- f) a pesquisa como uma dimensão da formação e do trabalho docente, visando à inserção crítica do licenciado na esfera da compreensão e produção do saber;
- g) a autonomia dos trabalhos docente e discente;
- h) a interdisciplinaridade na organização curricular. (FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFG, 2003, p.15).

Desses princípios, cabe destacar, em particular, o que o documento indica como sendo trabalho docente. Processo pelo qual educador e educando, compreendendo, de forma crítica, rigorosa e radical, o mundo natural e humano, a sociedade, a cultura, a educação, a escola e o saber, não como realidades separadas e autônomas, mas como dimensões da totalidade, assumem pensar, criar e realizar a educação, a escola e o ensino, em suas múltiplas dimensões, produzindo-os como realidades diferentes. Nessa perspectiva, o trabalho docente é entendido como eixo da formação do pedagogo, bem como é o processo pelo qual esse profissional será capaz de pensar de modo crítico e autônomo a realidade, apreendendo-a em sua totalidade, intervindo nela e transformando-a. Processo que envolve o pensar, o fazer e o criar nas diferentes dimensões do ato educativo.

A estrutura curricular do curso de Pedagogia, para atender a suas opções de formação docente, organiza-se nestes oito componentes:

1. reflexão sobre a sociedade, a educação, a formação humana e a escola;
2. formação didático-pedagógica para a docência;
3. trabalho docente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
4. organização e gestão do trabalho pedagógico na educação escolar e não-escolar;
5. aprofundamento de estudo nas áreas de formação do pedagogo;
6. estágio supervisionado nas áreas de educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
7. atividades complementares / atividades acadêmico-científico-culturais;
8. núcleo livre. (FE, 2003, p.05).

Com relação à base da organização curricular, o curso de Pedagogia passa a ter a duração de 3.120⁴ horas, a serem cumpridas em oito semestres de 100 dias letivos cada um, com quatro horas-aula diárias de atividades, perfazendo um total de 18 semanas por semestre. A integralização curricular pode ocorrer no tempo mínimo de três anos. O estágio deve ser supervisionado e ter uma carga horária de 400 horas, de modo a permitir uma participação efetiva do aluno no campo de atuação. Essa carga horária destina, de modo indissociado, 200 horas à educação infantil e 200 horas ao ensino fundamental, contemplando ainda a educação de jovens e adultos. O núcleo livre constitui-se, nessa proposta, em momento de flexibilização curricular e também de prática como componente curricular, que deve ser oferecida a cada semestre. As disciplinas oferecidas como núcleo livre devem possibilitar aprofundamento da compreensão sobre teoria e prática e sobre as áreas de formação.

Após a implantação de um novo currículo, as tensões que se criam a partir das relações entre os pressupostos implantados e as práticas desenvolvidas no cotidiano escolar sugerem uma necessidade constante de avaliação. Diante dessa necessidade, em março de 2006, foi constituída uma comissão⁵ com o objetivo de realizar o acompanhamento e a avaliação desse novo currículo do curso de Pedagogia da FE/UFG.

Essa Comissão de Avaliação averiguou se os objetivos definidos pelo novo currículo estão sendo alcançados. Da mesma forma, avaliou se a formação pretendida foi desenvolvida e se os princípios norteadores da formação do pedagogo foram assegurados na elaboração da estrutura curricular e se foram efetivados na execução do projeto político-pedagógico. Buscou questionar, inicialmente, qual era a percepção dos alunos e dos professores do curso de Pedagogia da FE/UFG sobre a proposta curricular implantada a partir de 2004. Neste texto, em especial, enfoca-se apenas a percepção dos alunos.

DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS, PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO E CATEGORIAS DE ANÁLISE

Ao longo do ano de 2006, realizou-se uma investigação de natureza qualitativa para se proceder à análise do novo currículo. Bogdan e Bilken (1994) definem como característica da investigação qualitativa que a fonte direta dos dados seja o ambiente natural, que os dados sejam analisados de forma indutiva, que o processo de realização da pesquisa seja mais importante que o produto e que o significado, as perspectivas dos participantes sejam levadas em consideração. Salientam, entretanto, que trabalhos, mesmo desprovidos de uma ou mais dessas características, continuariam sendo considerados como qualitativos, pois se trata de uma questão de grau, isto é, de elaborar estratégias e procedimentos para apreender as experiências, os comportamentos e os significados atribuídos pelos sujeitos em uma dada realidade e do aprofundamento na análise desses dados obtidos.

De acordo com essas autoras, existem muitos tipos diferentes de estudos qualitativos, e cada um deles implica “métodos específicos para avaliar a possibilidade de sua realização, bem como os procedimentos a adotar” (BOGDAN e BILKEN, 1994, p.90). Para a realização desta pesquisa, concernente ao curso de Pedagogia da FE/UFG, adotaram-se os procedimentos de estudo de caso, em razão, sobretudo da sua historicidade e singularidade.

Nessa direção, a partir dos princípios e objetivos definidos no Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia da FE/UFG, elaborou-se um questionário e um roteiro de entrevista coletiva a ser realizada com os alunos. Definiu-se como universo os 313 alunos matriculados no curso no ano de 2006 e a amostra foi definida mediante sorteio aleatório no interior de um universo constituído por seis turmas do período matutino e noturno, sendo: 5º período A, 6º período C, 8º período A, 8º período D e 9º período A/B, de acordo com os seguintes critérios: alunos que migraram, alunos que foram transferidos e alunos que iniciaram o curso de pedagogia nesse novo desenho curricular em 2004. Dos 185 alunos matriculados nessas seis turmas, 99 participaram da pesquisa. Destes, 51 participaram por meio do questionário e 48 por meio da entrevista coletiva, perfazendo um total de 31,7% do universo da pesquisa.

Os dados quantitativos e qualitativos foram organizados e analisados por temas, tomando-se como referência o Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia, definindo como categorias de análise:

- 1) Formação do pedagogo para:
 - 1.1 A educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental;
 - 1.2 A gestão do trabalho pedagógico;
 - 1.3 A atuação em espaços não-escolares\outros espaços formativos.
- 2) Dimensões da formação e da compreensão do processo educativo:
 - 2.1 Formação teórica sólida;
 - 2.2 Compreensão crítica da sociedade, da cultura e da educação;
 - 2.3 Articulação entre teoria e prática.
- 3) Integração das disciplinas no processo formativo;
- 4) Articulação entre graduação e pós-graduação;
- 5) Pesquisa na formação do pedagogo.

O CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FE/UFMG EM AÇÃO: O PROJETO E A PRÁTICA FORMATIVA EM QUESTÃO

De acordo com a análise dos dados, tendo por base as categorias acima indicadas, verificou-se que, em relação ao tema da formação do pedagogo, os alunos afirmam, de modo geral, que o curso os habilita para “atuar na educação infantil e no ensino fundamental”. Alguns alunos, todavia, mesmo concordando que o curso os habilita para as duas etapas, entendem que ele “pode melhorar muito, pois deixou a desejar no decorrer [...] com respeito à prática”. Para alguns, o grande problema são as disciplinas de metodologias. Outros também avaliam que a ênfase do curso é posta mais no ensino fundamental. Assim, acreditam que há poucas disciplinas específicas sobre a educação infantil.

Quanto à “gestão do trabalho pedagógico”, avaliam que algumas disciplinas propiciam o embasamento teórico necessário para esse campo de atuação, como: Políticas Educacionais, Gestão Escolar e Organização do Trabalho Pedagógico (OTP), bem como disciplinas do núcleo livre que abordam tal temática, mas, ainda assim, sentem falta de maior fundamentação sobre gestão escolar.

Não há consenso acerca da questão de “atuação em espaços escolares e não-escolares”. Metade dos alunos pesquisados acreditam que o curso os prepara para atuar nos mais diferentes espaços educativos, pois apresenta uma visão ampliada de docência bem como acreditam que a formação humana oferecida é suficiente para a realização dessas atividades fora da escola. Já a outra metade ressalta que, pelo fato de o curso afirmar a docência como base da formação, sua centralidade é o trabalho docente na escola e na sala de aula; portanto, para eles, o curso não os prepara adequadamente para atuar em outros espaços educativos.

No tema “dimensões da formação e da compreensão do processo educativo”, os alunos, de modo unânime, concordam que “para compreender o processo educativo, é preciso pensar a sociedade, a cultura e os aspectos históricos”. Assim, muitos alunos avaliam que o curso não está oferecendo uma formação teórica sólida, necessária à compreensão crítica da realidade e desse processo. A justificativa é que essa formação ocorreria apenas em algumas disciplinas e com alguns professores. A maioria destacou as disciplinas de Filosofia, Sociologia, Psicologia e História como fundamentais para essa formação, mas alguns também citaram o Estágio e as disciplinas de OTP, de Currículo, de Metodologia em Ciências Sociais e de Mídias. Há um aluno que destaca, inclusive, que “alguns professores não adotam esse eixo no processo formativo”, ou seja, não buscam desenvolver essa compreensão crítica. Outro ponto que foi levantado por alguns alunos como responsável pela formação mais superficial e fragmentada foi a diminuição da carga horária das disciplinas de fundamentos. Os alunos, de modo geral, informam que o modo como essa formação sólida ocorre é, sobretudo, por meio de leitura de textos e comentários nas aulas, ou seja, debates, discussões, reflexões, produção de textos, estudos individuais e coletivos bem como aulas expositivas.

No item “articulação entre teoria e prática”, poucos alunos apresentaram uma compreensão dessas instâncias como realidades distintas mas “dependentes e complementares”, ou seja, “uma não pode ser entendida sem a outra”. Porém, a maior parte só consegue ver articulação entre teoria e prática, no curso, durante a realização do estágio. Para a maioria, “há muita teoria e pouca prática”, por isso acreditam que essa articulação entre teoria e prática “existe apenas no papel” ou “no plano das idéias”. Merece destacar que alguns alunos também criticam a forma de organização do estágio

e o tempo destinado ao exercício e à prática da docência nessa disciplina, bem como tecem muitas críticas às disciplinas de metodologias.

Quase todos os alunos buscaram conceituar o que é teoria e o que é prática. De modo geral, definiram teoria como “os pensamentos”, “as idéias”, “os conceitos”, “os textos trabalhados”, “os fundamentos”, “os referenciais teóricos”, enfim, como resume um aluno, “é o que você lê, ouve, anota e pensa”. Já a prática é assim definida, é “a ação”, “o trabalho”, “o dia-a-dia da sala de aula”, “o exercício da profissão”. E também vista como “o trabalho resultado da teoria”, “aplicar uma teoria” ou “colocar, agir, demonstrar algo”.

A maioria dos alunos pontua que há “integração entre as disciplinas curriculares”. Alguns ressaltam, inclusive, que perceberam essa integração “mais no final” do curso. Contudo, outros afirmam que certas disciplinas, por serem dadas por professores diferentes, têm o programa, a bibliografia e os referenciais teóricos também diferentes. Alguns poucos pensam, ao contrário, que a maioria dos professores “caminha isoladamente, mesmo tendo muitos pontos em comum” e que, portanto, não haveria essa integração.

Quanto à “articulação entre a graduação e a pós-graduação”, essa, de modo geral, não é percebida pelos alunos. Nessa direção afirmam: “são eles lá e nós aqui”; inclusive, acreditam que há um “distanciamento entre as duas” etapas. Ressaltam que até os “andares são separados”, pois “a graduação fica no primeiro andar e a pós no segundo”.

A maioria também percebe que a *pesquisa* não está presente na sua formação, a não ser “mais ao final do curso no TCC (Trabalho de Conclusão de Curso)”, ou então, para aqueles alunos que participam como bolsistas em projetos de pesquisa ou extensão. Um aluno, inclusive, assim se expressou: “na universidade graduando é graduando, pós é pós, pesquisa é para poucos, extensão mal a vejo aqui”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, pode-se afirmar que, do ponto de vista dos alunos, os objetivos definidos no projeto político-pedagógico, em parte, estão sendo alcançados, pois o currículo implantado em 2004, na FE/UFG, em relação à formação, centra-se na docência, habilitando-os, de modo geral, a atuar na educação infantil e no ensino fundamental. Capacita-os também, por meio de algumas disciplinas, para atuar na gestão do trabalho pedagógico, embora se perceba a necessidade de ofertar mais disciplinas específicas sobre esses campos de atuação - o que pode ser feito pelas disciplinas de núcleo livre. O mesmo entendimento pode ser estendido, por exemplo, à atuação em espaços não-escolares.

Em relação ao tema “dimensões da formação e da compreensão do processo educativo”, verifica-se que os alunos percebem que uma formação teórica sólida é essencial para a compreensão da sociedade, da cultura e da educação. Por isso, alguns têm criticado a falta dessa formação e avaliam que a formação oferecida tem sido superficial e fragmentada. Ao mesmo tempo, chama-nos a atenção a análise que diz ser o curso muito teórico e que lhes falta mais vivência e experiência da prática docente, cobrando, inclusive, mais tempo para o estágio e/ou para a prática educativa.

Pode ser que o entendimento desse paradoxo se encontre nas representações que os alunos fazem de teoria e prática, na medida em que a teoria se resume a leitura, a textos, ou seja, ao mundo das idéias e dos pensamentos, enquanto a prática é ação, o

trabalho pedagógico, a aplicação da teoria, enfim algo que se refere ao fazer, ao executar.

Assim, percebe-se que a tensão entre as disciplinas que compõem o currículo do curso de Pedagogia da FE/UFG ainda é uma realidade no meio acadêmico e não foi solucionada com esse novo currículo. Mesmo porque a tensão existente entre teoria e prática não vai se resolver com o aumento ou a diminuição da carga horária das disciplinas do curso, nem tão pouco com um desenho curricular de curso que seja mais teórico ou mais prático, na medida em que essa relação se refere às questões de natureza epistemológica, históricas e lógicas da realidade.

Ressalta-se também que o fato de ainda se manter a desarticulação dos conteúdos básicos com os conteúdos profissionalizantes pode estar comprometendo a efetivação e a realização do princípio da docência como base da formação do pedagogo. Para as disciplinas de fundamentos, o entendimento do trabalho docente é pensar, refletir, interpretar, criar e recriar a sociedade, a cultura e a educação. Esse entendimento não é negado, contudo, para as disciplinas que compõem o estágio curricular obrigatório, pois este é concebido como “uma atividade privilegiada de diálogo crítico com a realidade que favorece a articulação do ensino com pesquisa e extensão, configurando um espaço formativo” (PROGRAD/UFG, 2008, p. 8). Isso sugere uma possibilidade de articulação entre essas disciplinas não apenas na organização curricular, mas também no currículo em ação. Porém, percebe-se que os alunos vêem o curso como constituído de dois momentos separados, um teórico e outro prático. Daí, cabe questionar: o que impede tal articulação e, ao mesmo tempo o que favorece ou concorre para essa desarticulação entre as disciplinas?

Quanto ao tema da “articulação entre graduação e pós-graduação”, verifica-se a importância de se repensar o formato dessa articulação. O que garante, enfim, a relação entre esses níveis de ensino? Percebe-se, pela opinião dos alunos, que o fato de os professores de um nível estarem presentes no outro não é garantia da compreensão de uma articulação entre eles. É interessante, nesse sentido, também notar que a “pesquisa” não é vista como elemento fundamental da formação dos alunos.

O que se pode inferir é que a pesquisa materializaria essa articulação, o que poderia ocorrer não somente pela participação de alunos em projetos de pesquisa ou extensão, mas também, fundamentalmente, por meio da socialização das pesquisas, da divulgação dos trabalhos de extensão em parceria com as secretarias de ensino estadual e municipal, do conhecimento de pesquisas que enfocam essas secretarias e do trabalho docente desenvolvido nas escolas. Outros pontos importantes seriam os que enfocam a compreensão da relação entre as políticas educacionais e a educação escolar.

Por fim, pode-se concluir que o entendimento da docência como base da identidade do pedagogo, independente das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, ainda é uma conquista a ser perseguida e uma luta a ser travada, não apenas no interior da FE/UFG como em âmbito nacional.

NOTAS

¹Ver Freitas (2000); Kuenzer (1998); Valle, (1999, 2000).

² Brzezinski (1996), ao discorrer sobre a história do movimento de reformulação dos cursos que formam profissionais da educação no período de 1980 a 1992, relata que, em 1984, essa opção da FE/UFG lançou-a no âmbito nacional e a colocou na vanguarda do movimento.

³ É importante ressaltar que as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia só foram homologadas em maio de 2005.

⁴ Em abril de 2007, para atender a carga horária definida pelas Diretrizes Curriculares (maio de 2005), o Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia sofreu pequenos ajustes, uma vez que o Projeto já estava em consonância com a legislação em vigor. Passou de 3.120 horas para 3.300 horas.

⁵ A Comissão foi composta pelos professores Anna Rita Ferreira de Araújo, Luelí Nogueira Duarte e Silva, Andréia Ferreira da Silva, João Ferreira de Oliveira, Ged Guimarães, Mônica Maria Lopes da Fonseca, Dulce Barros de Almeida e pela aluna Luciana Silva Queiroz, substituída por Adriana Parada, sob a coordenação das duas primeiras professoras. Cabe lembrar, no entanto, que, em outubro de 2005, foi constituída uma primeira comissão para avaliação do novo currículo do curso de Pedagogia e que essa foi reformulada em março de 2006, em decorrência da saída de três professoras.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M.A.S. et al. Diretrizes curriculares do curso de pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, Especial, out. 2006.

BOLDAN, R. C.; BILKEN, S. K.. *Investigação qualitativa em educação*. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRZEZINSKI, I. *Pedagogia, pedagogo e formação de professores*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

COÊLHO, I. M. A formação do educador em questão: pensando e fazendo um novo curso de pedagogia. A experiência da Universidade Federal de Goiás. *Revista da AEC – Brasília*, ano 14, n. 58, out.\dez. 1985.

ENCONTRO Nacional de Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos para a Educação, 1983, Belo Horizonte. *Documento final*. Belo Horizonte, 1983.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFG. *Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia*. Goiânia, Dez., 2003.

FREITAS, H.C. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, setembro 2002.

FREITAS, L. C. Cenário educacional: o legado dos anos 80 e a confusão dos anos 90. E agora? In: Simpósio do Lage, 3, 2000, Jundiaí. *Anais*, 2000.

KUENZER, A. Z. A formação de educadores no contexto das mudanças do mundo do trabalho: novos desafios para as faculdades de educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.19, n. 63, ago. 1998.

LIBANEO, J.C. Diretrizes curriculares da pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n.96, Especial, out. 2006.

LOUREIRO, M.C.S.; FALEIRO, M. O. L.; ALMEIDA, M.Z.C.M.. Subsídios para uma avaliação de currículo: o caso do curso de pedagogia da UFG. *Inter-Ação*. Goiânia: UFG, 20 (1-2), p.23- 44, Jan.\ Dez. 1996.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MOYSÉS, L. *O desafio do saber ensinar*. Campinas, Papirus: Niterói, Eduff, 1994.

PROGRAD/UFG. *Política de Estágio: Pedagogia- Licenciatura*. Goiânia, Março, 2008.

SAVIANI, D. *Política e educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1997.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M.C.M.; EVANGELISTA, O. *Política educacional*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

VALLE, B.B.R. A nova LDB e os institutos superiores de educação: histórias do passado, presente e futuro. In: SOUZA, D.B.; CARINO, J. (Orgs.). *Pedagogo ou professor?: O processo de reestruturação dos cursos de educação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

_____. Formação de professores no Brasil: perspectivas para os próximos anos. In: SOUZA, D.B.; FERREIRA, R. (Orgs.). *Bacharel ou professor?: O processo de reestruturação dos cursos de educação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Quartet, 2000

- * -

Lueli Nogueira Duarte e Silva é professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG) e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG. Fone: 3215-2094. Endereço: Rua: 03 n. 684 apt. 702 – Setor Oeste – Goiânia – Goiás - CEP – 74.115-050. E-mail: lueli@terra.com.br.

João Ferreira de Oliveira é professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, doutor em Educação pela USP e professor efetivo do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG. E-mail: joafo@terra.com.br

Andréia Ferreira da Silva é professora da Universidade Federal da Paraíba, Campus de Campina Grande, ex-professora da Faculdade de Educação da UFG e ex-coordenadora do Núcleo de Estudos e Documentação em Educação, Sociedade e Cultura (NEDESC) da Faculdade de Educação da UFG. E-mail: silvaandrea@uol.com.br

Dulce Barros Almeida é professora doutora em Educação e membro do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG. E-mail: dubalmei@hotmail.com

Anna Rita Ferreira de Araújo é professora da Faculdade de Educação da UFG. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Artes da USP. E-mail: annaritaaraujo@yahoo.com.br

Mônica Maria Lopes da Fonseca é ex-coordenadora do curso de graduação em Pedagogia da UFG e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU. E-mail: Mônica_fe_ufg@terra.com.br

Ged Guimarães é diretor da Faculdade de Educação e professor doutor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG. E-mail: guimarz@zipmail.com.br